

# Barómetro da Governação Municipal 2020



## Maxixe

Relatório de dados qualitativos

Bernardino António

IESE

# Introdução

O presente relatório é resultado de uma pesquisa realizada no Município da Maxixe, no âmbito do projecto “Barómetro da Governação Municipal” em curso no Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) desde 2017. O mesmo tem como objectivo conhecer a avaliação dos munícipes sobre o desempenho do governo municipal e recolher informação relevante que ajude o município no estabelecimento e planificação das suas prioridades.

A pesquisa baseou-se numa abordagem qualitativa, com recurso a entrevistas semi-estruturadas, discussões em grupos focais e observação no terreno. No total foram realizadas quatro entrevistas semi-estruturadas com o pessoal do governo municipal e seis discussões em grupos focais com líderes comunitários e membros das comunidades. As discussões em grupos focais obedeceram à seguinte composição: dois grupos focais mistos (homens e mulheres); dois grupos focais com líderes comunitários, um grupo focal com comerciantes e um grupo focal com membros da Associação dos Transportadores Rodoviários de Inhambane. Na realização dos grupos focais foram usadas três línguas, nomeadamente português, cithswa e bitonga. Por causa da sensibilidade de alguns assuntos reportados no relatório, alguns entrevistados são tratados de forma anónima.

O relatório está organizado em quatro secções temáticas (que constituíram critérios de avaliação da governação municipal) e inclui, para além desta introdução, uma conclusão e quatro anexos. Na primeira secção, abordam-se questões sobre eficácia, olhando especificamente para a visão e plano do município, a gestão financeira, os processos de tomada de decisão, o acesso à informação e a capacidade do município na mobilização dos cidadãos. A segunda secção dedica-se à responsabilização dos serviços públicos, analisando aspectos como transparência, sistemas de controlos institucionais, recursos para apresentação de queixas por parte dos cidadãos e a capacidade do município na resposta a essas queixas. Nesta mesma secção destaca-se também a questão da integridade. A terceira secção é dedicada ao processo de participação e engajamento cívico, olhando especificamente para o envolvimento dos cidadãos e o exercício da cidadania. Na quarta secção, aborda-se a equidade no acesso aos serviços públicos, oportunidade de poder, acesso à recursos e meios de subsistência.

# 1. Eficácia

## 1.1. Visão e plano

Até à realização desta pesquisa, em Fevereiro de 2020, o Conselho Autárquico da Cidade da Maxixe não dispunha de um plano estratégico propriamente dito. De acordo com as autoridades municipais, o mesmo ainda estava em processo de elaboração e a previsão era de tê-lo pronto ainda no corrente ano. No entanto, a edilidade tem um plano quinquenal em curso, do qual derivam todas as suas actividades. O plano quinquenal também orienta as actividades das vereações e do gabinete do presidente do município, por meio de planos anuais de cada uma dessas áreas.

Volvido um ano de governação, a edilidade avalia a implementação do seu plano quinquenal em 95%. Os 5% em falta devem-se à não conclusão de algumas obras iniciadas no ano passado.

No que concerne ao envolvimento das organizações da Sociedade Civil e as comunidades locais no desenvolvimento do plano estratégico do município, as autoridades municipais sustentaram que estas são envolvidas a partir de auscultações às comunidades e interacções com as lideranças comunitárias. Ademais, as reuniões do Conselho Consultivo Local, de que fazem parte não só as lideranças comunitárias, mas também os líderes religiosos e outros agentes influentes ao nível da autarquia, constituem mecanismos de envolvimento das comunidades e OSCs no processo de planificação. No entanto, os grupos focais realizados junto das comunidades mostraram a insatisfação dos munícipes em relação ao seu envolvimento no desenvolvimento do plano estratégico do município. De forma geral, os munícipes entrevistados não se sentem envolvidos. A falta de visitas aos Bairros por parte das autoridades municipais foi um dos aspectos destacados neste ponto, contrariando a informação fornecida pelas autoridades municipais segundo a qual o plano estratégico era resultante de auscultação feita às comunidades.

Um outro aspecto tem que ver com a acessibilidade do plano aos cidadãos e OSCs. Por um lado, as autoridades municipais afirmam que o plano está acessível para todos os munícipes, pois qualquer munícipe interessado pode aceder ao mesmo junto as instalações do Conselho Autárquico. Por outro lado, alguns munícipes entrevistados têm a percepção de difícil acesso ao plano, pois, para estes, no contexto da governação municipal, a acessibilidade devia traduzir-se na disseminação do plano para as comunidades, porque dificilmente as comunidades poderão ir ao município para pedir o plano.

Alguns líderes comunitários também reclamaram sobre a acessibilidade dos planos do município. Segundo eles, só têm tido acesso aos planos de forma oral, o que lhes torna muito difícil não só fazer a difusão dos mesmos junto às suas comunidades, mas também fazer o devido acompanhamento das actividades realizadas pelo município. As palavras de um líder comunitário integrante no grupo focal realizado num dos bairros da autarquia evidenciam este facto: *“Eles leem*

*os planos deles lá (...) Antigamente, multiplicavam os planos; tiravam cópias e distribuíam. Mas agora, eles só trazem uma folha ali e dizem: essa é a proposta desse ano. Leem tudo aquilo ali e arrumam ali mesmo; você volta para casa sem nada.”<sup>1</sup>*

## **1.2. Gestão financeira**

Para a gestão das suas finanças, o Conselho Autárquico da Maxixe usa formulários financeiros padronizados de acordo com o Ministério das Finanças e com o Ministério da Administração Estatal. Para as autoridades municipais, o uso desses formulários é efectivo, na medida em que, para além de permitir fazer a gestão das finanças da autarquia, também permitem prestar assistência em matérias financeiras aos diversos sectores da autarquia, tendo em conta que a planificação de cada um desses sectores envolve uma orçamentação. A orçamentação é feita com base nos planos anuais de cada um dos sectores.

No tocante à capacidade de gestão financeira, a edilidade da Maxixe afirmou existirem capacidades técnicas para gerir as suas finanças com eficiência. Mas também reconhecem a necessidade de reforçar a capacidade existente devido à dinâmica que a autarquia regista nos últimos anos. Com efeito, como parte das estratégias para responder a essa demanda, o município lançou, no mês de Janeiro, um novo processo de recrutamento de quadros para reforçar não só a área financeira, mas também outros sectores da autarquia.

A preocupação do município por uma gestão financeira eficaz estende-se às cobranças de receitas locais. Actualmente, o processo de cobranças de receitas próprias ainda é marcado por enormes desafios, o que condiciona o alcance das metas anuais pré-estabelecidas pela edilidade. Por exemplo, em 2019, tinha-se previsto colectar trinta e dois milhões de meticais em termos de receitas, mas apenas se conseguiu vinte e seis milhões. Entre as razões da fraca colecta, a edilidade destaca a falta de cultura de pagamento de imposto, o que leva os munícipes a pautarem pela resistência e até, em alguns casos, fuga ao fisco.

Para garantir a eficácia nos seus procedimentos financeiros, o município da Maxixe adoptou alguns sistemas de controlos institucionais (*checks and balances*) tais como, os livros de escrituração obrigatórios, livro de controlo da conta bancária para todas as contas existentes no município, livro de controlo da execução orçamental, livro numerador de requisições e controlo de pagamentos, o que facilita o controlo das requisições a partir do início do ano económico. Para além da existência do livro de controlo de cheques, o município também usa balancetes orçamentais, que são produzidos mensalmente.

Portanto, a aplicação desses sistemas de controlo é complementada por um sistema de prestação de contas mensais. A prestação de contas é feita, num primeiro momento ao executivo municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, em quatro sessões anuais (realizadas trimestralmente).

---

<sup>1</sup> Interveniente no grupo focal com Líderes comunitários, Maxixe, 04 de Fevereiro de 2020.

### **1.3. Decisão e informação**

De acordo com as autoridades municipais, as suas decisões são baseadas em informação fiável e actualizada, na medida em que elas resultam das auscultações das necessidades dos munícipes, conforme afirmou Teodoro José, vereador da urbanização e ordenamento territorial:

*“Muitas das actividades que constam nos nossos planos são na base daquilo que são os anseios dos munícipes (...) Temos feito auscultação ao nível dos bairros e lá apercebemo-nos daquilo que são as maiores preocupações da população. Então, é em função disso e do orçamento existente que procuramos ver onde é que podemos priorizar, mas sempre dependendo daquilo que é a capacidade financeira desse momento”.*<sup>2</sup>

No âmbito do desenvolvimento das suas actividades, o município tem um sistema de relatório, onde são reportadas as actividades realizadas em todos os sectores da autarquia. Em princípio, cada vereação tem o relatório das suas actividades e esses relatórios geralmente têm tido uma periodicidade mensal, trimestral, semestral e anual. Posteriormente, o Departamento de Estudos, Projectos e Planificação faz a compilação de todos os relatórios para um relatório geral, que é apresentado à Assembleia Municipal. Para além de ser apresentado na Assembleia Municipal, esse relatório é enviado ao Ministério da Administração Estatal, governo provincial e ao partido Frelimo.

Quanto à partilha de informação com os cidadãos, no geral, os secretários de bairro constituem o mecanismo através do qual as autoridades municipais partilham informação com os munícipes; isto é, quando o município tem alguma informação a partilhar com os munícipes, convocam os secretários de bairro para uma reunião onde lhes é passada a informação. E os secretários de bairro, por sua vez, convocam os moradores para uma reunião através da sua estrutura ao nível do bairro (os chefes de quarteirões e chefes de 10 casas). É nessas reuniões onde os secretários de bairro transmitem a informação do município aos moradores. Às vezes, as autoridades municipais, em colaboração com as lideranças comunitárias, também recorrem às reuniões de bairro para interagirem com as comunidades. Mas esta última via tem sido pouco explorada pelas autoridades municipais.

### **1.4. Liderança e capacidade para mobilizar os cidadãos para a mudança**

A mobilização dos cidadãos para o processo de desenvolvimento ao nível da autarquia da Maxixe é feita de duas formas. A primeira é através do contacto permanente com as organizações da sociedade civil, com maior destaque para a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), para que esta possa, dentro das possibilidades, mobilizar os empresários locais para contribuírem para o desenvolvimento da autarquia. A segunda é através das lideranças comunitárias que, por sua vez, mobilizam os munícipes ao nível das comunidades. No entanto, os munícipes entrevistados ao nível das comunidades sustentaram que o processo de mobilização para o desenvolvimento da autarquia é muito tímido. Para estes, a mobilização se concentra mais nos períodos eleitorais, com o interesse de obter votos.

Relativamente à cooperação entre as comunidades, OSCs e o governo municipal nos esforços de desenvolvimento da autarquia, ficou evidente, não só através das entrevistas realizadas no terreno, mas também através da observação no

---

<sup>2</sup> Entrevista com Teodoro José, vereador da urbanização e ordenamento territorial, 5 de Fevereiro de 2020.

terreno, a falta de cooperação entre estes três actores. No caso específico das comunidades, a falta de cooperação com o município deve-se, em parte, ao elevado nível de descontentamento dos cidadãos como resultado do incumprimento das promessas feitas pelas autoridades municipais durante o período das campanhas eleitorais. A não afluência da população às reuniões é também efeito desse descontentamento:

*“Não há cooperação com a população porque a maior parte das pessoas aqui estão descontentes (...). Mas o caso começa de lá no município para cá. Porque o município não cumpre com as promessas que faz à população, por isso não há cooperação. Mesmo querendo falar com a população, a população manda passear. Há dias que nós temos agendado reuniões com a população aqui, mas a população não vem (...) dizem — “é com eles”. Nós como líderes temos uma boa cooperação com o município, mas a quantidade das pessoas que cooperam com o município é menor porque eles só cooperam com as lideranças e não com a população”.*<sup>3</sup>

O último período da citação acima mostra que a cooperação das autoridades municipais se limita mais às lideranças comunitárias, facto que cria descontentamento no seio da população. Aliás, por conta disso, as autoridades comunitárias enfrentam alguma dificuldade no processo de mobilização da população ao nível das comunidades e a sua legitimidade também começa a ficar beliscada, conforme se pode evidenciar a partir das palavras de um líder comunitário num dos bairros da autarquia:

*“Não há entendimento entre as autoridades comunitárias e a comunidade por causa das falsas promessas que o município tem feito. A comunidade não dá aquela confiança às autoridades locais. Quando vamos convocar as pessoas para uma reunião, as pessoas perguntam sobre as promessas e eu como líder não sei o que responder”.*<sup>4</sup>

Em relação ao envolvimento dos jovens e mulheres no processo de tomada de decisões, constatou-se que as autoridades municipais têm procurado envolver esses dois grupos. Mas importa referir que, este envolvimento se circunscreve aos jovens e mulheres de organizações ligadas ao partido Frelimo, neste caso a Organização da Juventude Moçambicana (OJM) e a Organização da Mulher Moçambicana (OMM).

---

<sup>3</sup> Interveniente no grupo focal com líderes comunitários, Maxixe, 04 de Fevereiro de 2020.

<sup>4</sup> Interveniente no grupo foca com líderes comunitários, Maxixe, 04 de Fevereiro de 2020.

## 2. Responsabilização dos serviços públicos

### 2.1. Transparência

Apesar de as autoridades municipais da Maxixe afirmarem haver transparência no processo de recrutamento dos funcionários, os munícipes entrevistados partilham uma opinião diferente. Estes, têm a percepção que o processo de recrutamento não é transparente, sustentando que a maior parte do pessoal recrutado são professores das escolas. As palavras de um dos intervenientes do grupo focal com líderes comunitários ilustram este facto:

*“Aquele município se você não é professor não entra (...) eu tenho que dizer aquilo que está a se passar (...) se você vai pesquisar ali no município, sinceramente, o número maior são professores (...) aqueles que já têm trabalho, são os mesmos que vão usurpar aqueles espaços lá (...) eu como líder não estou a entender. Mesmo no balcão de atendimento são familiares de um professor. Significa que as pessoas que são beneficiadas no conselho municipal são professores (...) Outras coisas não estão bem pah”.*<sup>5</sup>

Portanto, a percepção de que os professores são privilegiados no processo de contratação dos funcionários do Conselho Autárquico da cidade da Maxixe está relacionada com a relação que os munícipes fazem com o facto de o actual presidente do município ser um professor de profissão:

*“Por exemplo, a pessoa que é nosso chefe agora no município [o presidente do município] era professor. Então, ele preferiu chamar aqueles professores que davam com ele as aulas. Mas quando precisam dos votos, eles veem ter connosco a população e nós a andar todo o dia, noite e dia, nós a trabalhar e aqueles professores sentados”.*<sup>6</sup>

Uma outra interveniente do grupo focal com líderes comunitário num outro bairro, também fez menção ao mesmo facto:

*“Em cada mandato. Por exemplo, se esse presidente do conselho municipal foi director da escola, então puxa todos aqueles professores para serem vereadores. Aqueles quanto é que recebem por mês!? Duas vezes, mas tem muitas pessoas por aqui não recebem nada. Mas eles conseguem puxar pessoas que estão a trabalhar para irem receber o segundo salário (...) e aqueles que não fazem nada?! Pelo menos dizer, “você pode não estar no escritório, pelo menos faça limpeza na estrada, mas não fazem isso”.*<sup>7</sup>

No que concerne à disponibilidade e acessibilidade de informação, a edilidade sustentou haver disponibilidade e acessibilidade da informação sobre as actividades e projectos desenvolvidos ao nível do município. Mas essa informação só pode ser acedida se as pessoas interessadas a solicitarem junto ao conselho municipal. Isso porque a edilidade não

<sup>5</sup> Interveniente no grupo focal com líderes comunitários, 06 de Fevereiro de 2020.

<sup>6</sup> Interveniente no grupo focal com líderes comunitários, 06 de Fevereiro de 2020

<sup>7</sup> Interveniente no grupo focal com líderes comunitários, 04 de Fevereiro de 2020.

partilha tais documentos com as comunidades. Os nossos entrevistados no terreno, mostraram um desconhecimento das actividades levadas a cabo pelo município.

No que toca à transparência na cobrança de impostos, há um esforço evidente por parte da edilidade na melhoria da transparência desse processo. Para além de ter sido criada uma equipa que se desloca ao terreno para fazer as cobranças ou notificações aos contribuintes, o município afixa na vitrine das suas instalações a informação sobre as receitas colectadas diariamente. O município introduziu, no princípio do ano, a cobrança do Imposto Predial Autárquico (IPRA) através dos secretários de bairros, uma iniciativa desenvolvida no âmbito da parceria com o GIZ.

## **2.2. Sistemas de controlo institucionais (“checks and balances”)**

Os sistemas de controlos institucionais constituem um elemento importante para a transparência e boa governação.

No Conselho Autárquico da Maxixe, o controlo institucional é feito por meio de auditorias constantes por parte do Tribunal Administrativo e da Inspeção Geral das Finanças. Para além disso, há um sistema periódico de prestação de contas junto à Assembleia Municipal. No entanto, o município ainda não tem fóruns que permitam a participação e envolvimento de outras partes interessadas como por exemplo as Organizações da Sociedade Civil e grupos específicos (jovens, mulheres, etc.) no processo de orçamento e planeamento.

## **2.3. Recurso para apresentar reclamações**

Relativamente aos mecanismos para a apresentação de queixas às autoridades municipais por parte dos cidadãos e Organizações da Sociedade Civil, o município dispõe de uma caixa de reclamações, onde os cidadãos ou pessoas interessadas podem submeter as suas reclamações. Para além da caixa de reclamações, há uma abertura por parte das autoridades municipais, para que, qualquer cidadão, com uma reclamação ou queixa, apresente-a por meio de uma audiência com o presidente ou vereadores. No geral, apesar de alguma morosidade, a edilidade reage às petições dos munícipes.

## **2.4. Integridade**

A corrupção tem sido um dos maiores desafios que enfermam as autarquias em Moçambique e, várias têm sido as estratégias usadas para a sua prevenção e combate.

No caso da autarquia da Maxixe, apesar de não ter um plano de combate à corrupção, foi criado um gabinete de inspecção que lida com as questões ligadas à corrupção. O gabinete tem trabalhado com todas as vereações, fazendo sempre recordar a todos os funcionários qual deve ser a sua postura no tratamento daquilo que são os assuntos relacionados com as acções levadas a cabo com o município. Mas também, na cooperação que o município tem com o GIZ, por exemplo, há pacotes que estão direccionados a essa área de combate a corrupção.

No que toca à influência político-partidária ou étnica das lideranças do município no exercício das suas funções, tivemos a impressão de que as questões étnicas não constituem um elemento que influencia as lógicas do funcionamento da autarquia. Não obstante, ficou evidente a percepção, pelo menos por parte dos munícipes, da existência de nepotismo ao nível do município, sobretudo no que concerne ao processo de recrutamento dos funcionários do município, conforme retratamos anteriormente, no ponto sobre a transparência no processo de recrutamento dos funcionários. Quanto à filiação política, importa referir que, Maxixe é uma zona de maior influência da Frelimo e, à semelhança de outros contextos similares, sobretudo na zona sul do país, as filiações partidárias têm um impacto no exercício do poder das lideranças políticas não só ao nível do governo central, mas também ao nível local, e a autarquia da Maxixe não é uma excepção.

## 3. Participação e engajamento cívico

### 3.1. Envolvimento dos cidadãos

No geral, o envolvimento dos cidadãos ao nível da autarquia da Maxixe ainda constitui um desafio. O envolvimento dos cidadãos tem sido mais notório em questões ligadas a mitigação de conflitos ao nível das comunidades, em parte porque estes constituem parte desses conflitos, como é o caso do conflito de terra, que é, actualmente, um dos maiores conflitos existentes na autarquia:

*“Realmente o conflito de terra tem sido um dos grandes problemas do município. Hoje em dia, todo o munícipe pretende ter uma porção de terra. A grande demanda que existe é o que acaba condicionando esses conflitos. Mas como esses conflitos acontecem entre os próprios munícipes, não há como resolvê-los sem a participação deles próprios. Nós sempre que temos conflito num determinado bairro, está lá a própria estrutura, porque a nossa via de entrada é através das estruturas, eles são os que conhecem exactamente o que pode estar por detrás desse conflito. Mas há sempre inclusão dos munícipes para essas resoluções”.*<sup>8</sup>

Portanto, a deficitária comunicação e cooperação entre as autoridades municipais e as comunidades locais, constituem os principais factores que permitem o desencadeamento de conflitos de terra ao nível das comunidades. Este facto regista-se habitualmente nas zonas identificadas pelo município como zonas de expansão. Uma vez identificadas essas zonas por parte do município, segue-se o processo de parcelamento que, na maioria de vezes, ignora um conjunto de factores que fazem toda a diferença para as comunidades locais, principalmente em relação às benfeitorias das comunidades que, normalmente exigem uma indemnização por parte do Conselho Autárquico.

As palavras de uma integrante do grupo focal realizado num dos bairros mostram as lógicas à volta do conflito de terra:

*“Há um conflito de terra lá, em [nome do local]. O Conselho Municipal entendeu, saiu de lá e veio demarcar talhões, sem comunicar a população que são os donos daqueles talhões, que tinham suas árvores, coqueiros, etc. (...) e depois de terem demarcado, foram procurar as pessoas da cidade para virem ocupar aqueles talhões. Chegado um dado momento, as pessoas que foram atribuídas terrenos queriam ocupar seus terrenos. Então, há conflitos, porque aparecem os donos a dizer que — “este terreno é meu porque é minha avó que plantou esta árvore, ou aquele coqueiro, se você não paga a mim, você tem que sair”. E quando aquelas pessoas voltam para o município, o município diz que — “não, você ocupa o seu talhão porque o município é que o atribuiu”. Os nativos não aceitam que aquelas pessoas ocupem aqueles talhões”.*<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Entrevista com Teodoro José, vereador da urbanização e ordenamento territorial, Maxixe, 05 de Fevereiro de 2020.

<sup>9</sup> Interveniente no grupo focal com líderes comunitários, Maxixe, 04 de Fevereiro de 2020.

Diferentemente do conflito de terra onde há envolvimento das comunidades na sua resolução, ainda não se verifica o envolvimento dos cidadãos em questões ligadas à avaliação do desempenho dos serviços públicos, gestão de infraestruturas públicas e até mesmo na implementação de projectos.

Importa referir que, em relação à gestão de infraestruturas públicas (centros de distribuição de água, sanitários públicos), apesar de as autoridades municipais afirmarem envolver os cidadãos nesse processo, sobretudo na gestão dos sistemas de abastecimento de água instalados junto às comunidades através da gestão delegada, os munícipes não se consideram envolvidos nessa gestão e mostram-se extremamente críticos em relação ao modelo de gestão dos sistemas. Segundo eles, a gestão delegada não permite que as comunidades se beneficiem dos serviços como devia ser. Mais detalhes sobre este assunto são desenvolvidos na secção quatro, que aborda sobre a equidade no acesso aos serviços públicos.

### 3.2. Cidadania

Apesar de as autoridades municipais afirmarem haver tolerância aos pontos de vista e contribuições dos cidadãos, nos órgãos de comunicação social pública devido ao direito de liberdade de expressão, na prática, os munícipes têm a percepção contrária. Para estes, não existe tolerância às críticas. Por exemplo, quando há reuniões de bairro as pessoas têm receios de apontar para os problemas existentes na comunidade por temerem futuras represálias. E, por conta deste cenário, as pessoas optam por não falar:

*“As pessoas não se expressam à vontade. Por exemplo, se eu levantar numa reunião e disser, aqui estamos mal. A pessoa logo é apontada —ah! aquele não é nosso aquele (...) é natural de onde aquele, qual é o nível que ele tem, o que é que ele está a fazer. Então, a pessoa prefere calar e deixar tudo passar. Quando perguntam, como estão? — ah! estamos bem; só para se prevenir (...) porque pode ser que o meu filho que está naquela escola ali, pode sofrer consequências [represálias]”.*<sup>10</sup>

Relativamente à contribuição dos negócios/investimentos privados no município para a melhoria do bem-estar na autarquia, há uma percepção partilhada entre o município e os munícipes de que os negócios/investimentos privados contribuem, até certo ponto, para o desenvolvimento da autarquia, na medida em que, a partir desses negócios, o município consegue colectar receitas locais (como, por exemplo, a taxa por actividade económica – TAE) e financiar parte das actividades planificadas no âmbito do desenvolvimento da autarquia.

No tocante aos direitos e deveres, constatou-se através dos grupos focais que, no geral, os munícipes têm alguma consciência dos seus direitos e deveres, apesar desta consciência ser mais na perspectiva de direitos e pouco em relação aos deveres.

Em relação à participação dos cidadãos nos processos de eleições municipais, os nossos entrevistados afirmaram que, apesar da crescente insatisfação em relação ao recorrente incumprimento das promessas feitas durante as campanhas e até no exercício da governação, as pessoas têm participado.

---

<sup>10</sup> Interveniente no grupo focal com líderes comunitários, Malalane, Maxixe, 06 de Fevereiro de 2020.

## 4. Equidade

### 4.1. Igual acesso aos serviços básicos

No que respeita à igualdade no acesso aos serviços municipais por parte dos munícipes, verificou-se que estes não são acedidos por todos de forma igual, pois, para além de haver disparidades na qualidade de alguns serviços públicos, existem zonas sem acesso a tais serviços. Os serviços de abastecimento de água, saúde, electricidade e vias de acesso estão entre os serviços de que mais se queixam as comunidades.

Quanto ao serviço de abastecimento de água, para além dos furos abertos pelo município ao nível das comunidades, o município conta com o Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG) e agentes privados. No entanto, a rede de abastecimento de água do FIPAG ainda é bastante limitada. Para garantir a sustentabilidade desses furos, a edilidade adoptou uma estratégia de terceirização dos mesmos, o que chamam de “gestão delegada”; isto é, uma vez aberto um furo de água num certo bairro, o município cria oportunidade para que agentes particulares possam, através de concursos, concorrer para a gestão do furo de água. Uma vez seleccionado o gestor, este tem o dever de pagar à edilidade uma taxa anual fixada em três mil meticais:

*“No abastecimento de água, a sua gestão é feita pela própria comunidade. Nós fazemos sob gestão delegada. Abrimos os sistemas, mas não é o Conselho Municipal quem faz a gestão, é a própria comunidade (...) eles indicam um membro daquela comunidade que passa a ser o tutor daquela infra-estrutura e o Conselho Municipal apenas faz a monitoria. Como comparticipação, o gestor paga anualmente uma taxa de três mil meticais, é uma taxa muito irrisória. É uma forma simbólica de contribuir e chamar o gestor à responsabilidade”.*<sup>11</sup>

No entanto, alguns munícipes mostraram-se muito críticos em relação à gestão dos sistemas de abastecimento de água nas comunidades. Estes, para além de reclamarem em relação aos altos custos do processo de canalização da água para as casas e tarifas de consumo mensal, aplicadas pelos agentes privados, também acham que os sistemas foram vendidos aos agentes privados:

*“Há furos que nós pedimos quando o Presidente do município era o camarada Narciso Pedro. Aqueles furos eram para ajudar os velhos, as pessoas carentes que não conseguem puxar a água do FIPAG. Há velhos que nem conseguem pagar água 100 ou 200 meticais por mês. Mas ultimamente não sei o que está a acontecer. Venderam aqueles furos”.*<sup>12</sup>

Um outro líder comunitário para além de tocar na questão dos elevados custos aplicados no processo, a falta de comunicação por parte das autoridades municipais em relação ao processo de terceirização do processo de abastecimento

<sup>11</sup> Entrevista com Estélio Alfredo Ferrão, vereador de saneamento, Maxixe, 05 de Fevereiro de 2020.

<sup>12</sup> Interveniente no grupo focal com líderes comunitários, Maxixe, 04 de Fevereiro, 2020.

de água, também afirmou estar a enfrentar alguns problemas com moradores na sua comunidade, pois estes pensam que as lideranças do bairro venderam os sistemas de abastecimento de água:

*“O sistema foi feito e apresentou-se à população. Mas agora pertence a alguém e aquele já está a aplicar taxas que as pessoas não aguentam pagar. Veja, o contrato está 5 mil, depois você tem que comprar o seu material e depois de ter canalizado, um metro cúbico está 40mt. Eles saem lá com o técnico deles, pegam nessa pessoa que viram que dá para privatizar o sistema e vão ali, vão tomar as decisões finais e prontos. Nunca reuniram com a população para a população saber que a partir de já aquele sistema não é nosso (...) Até as pessoas pensam que nós é que vendemos aquele sistema. Estou mal com a população. Ele podia resolver isso muito rápido possível”.*<sup>13</sup>

No tocante ao serviço de electricidade, constatou-se alguma desigualdade no acesso a este serviço. As zonas mais afastadas do centro da cidade como, por exemplo, Mongue, Nhabanda, Habana, Mauéu continuam sendo as menos privilegiadas nesse processo. As promessas de provisão deste serviço também têm sido um dos assuntos dominantes durante as campanhas políticas nas comunidades, o que criou no seio dos municípios uma certa descredibilização em relação à governação municipal, no sentido de que essas promessas nunca são realizadas.

A falta de vias de acesso também constitui uma das preocupações apresentadas pelos nossos entrevistados no terreno. No entanto, este problema não afecta apenas os bairros com características rurais, mas também os bairros peri-urbanos, como é o caso dos bairros, Chambone, Matadouro, Malalane entre outros. Em Malalane e Agostinho Neto, por exemplo, os moradores se queixaram da falta de arruamentos, o que tem dificultado a normal circulação dos moradores e até o acesso para viaturas em casos de necessidade como, por exemplo, para transportar os doentes para o hospital.

## **4.2. Igual oportunidade de poder**

De acordo com as autoridades municipais, existem, na autarquia, iguais oportunidades de poder, mas sem perder de vista a questão da competência necessárias para a ocupação de certos cargos. É uma das questões que o município tem procurado fazer é tomar em consideração a questão do equilíbrio e equidade do género. Com efeito, existem mulheres empregadas em todas as áreas do município e alguma delas ocupam cargos de chefia. Por exemplo, a vereação dos mercados e feiras é liderada por uma mulher; a secretaria da urbanização bem como a área dos recursos humanos também são dirigidas por mulheres.

Portanto, apesar dessa relativa representação das mulheres em cargos de chefia, existem alguns aspectos concernentes à igualdade que ainda precisam ser tomados em consideração pelo Conselho Autárquico da Maxixe como, por exemplo, a representação dos grupos vulneráveis no município (deficientes físicos, pobres, comunidades marginalizadas, idosos).

## **4.3. Igual oportunidade de meios de subsistência e de acesso a recursos**

Em relação à questão da igualdade na oportunidade de meios de subsistência ao nível da autarquia da Maxixe ainda há muito por fazer. Na questão do acesso à terra, por exemplo, algumas mulheres integrantes dos grupos focais afirmaram ser

---

<sup>13</sup> Interveniente no grupo focal com líderes, Maxixe, 04 de Fevereiro de 2020.

difícil ter acesso a um terreno, sustentando que quando se cria uma zona de expansão, nem todos têm acesso a tais terrenos e com as lógicas de comercialização de terra existentes, a situação complica-se ainda mais para as mulheres e grupos vulneráveis, porque não conseguem adquirir tais terrenos.

Um outro assunto tem que ver com a igualdade no acesso a recursos no seio das comunidades. Em relação a este aspecto, ficou evidente a falta de representação de todos os grupos interessados das comunidades na consulta e alocação de recursos. Os dados apresentados neste relatório mostram como a falta de interacção entre a edilidade e as comunidades locais, mina todos estes aspectos, incluindo a igualdade no acesso aos recursos por parte das comunidades.

# Conclusão

Os resultados apresentados neste relatório mostram, por um lado, a existência de aspectos que contribuem para o desempenho positivo da autarquia da Maxixe, com maior destaque para a componente de gestão financeira. A aplicação de sistemas de controlos institucionais (*checks and balances*) tanto em termos de procedimentos financeiros como, por exemplo, o uso de livros de escrituração obrigatórios, livro de controlo da conta bancária, livro de controlo da execução orçamental, livro de controlo de cheques, balancetes orçamentais, assim como na questão de procedimentos de controlo externo como, por exemplo, as auditorias regulares às suas contas pelo Tribunal Administrativo e Inspeção Geral das Finanças, tem contribuído bastante para o aperfeiçoamento da eficácia e eficiência da gestão financeira da autarquia. E, a parceria com o GIZ tem jogado um papel importante nesse processo.

Por outro lado, o fraco envolvimento dos cidadãos nos vários processos de governação, falta de visitas constantes das autoridades municipais às comunidades, a deficitária interacção e cooperação entre o município e as comunidades na implementação dos projectos e gestão de infra-estruturas públicas, a fraca mobilização dos cidadãos para o processo de desenvolvimento da autarquia e o recorrente incumprimento das promessas eleitorais, constituem alguns dos desafios que condicionam a governação na autarquia da Maxixe. Não obstante, apesar dos avanços que se têm verificado nos últimos anos em termos de melhorias de serviços públicos como, a abertura de furos de água ao nível das comunidades, ainda existem comunidades que não acedem a esses serviços, sobretudo as zonas mais afastadas do centro da cidade. A maneira como esses sistemas de água são geridos também geram algum descontentamento no seio das comunidades.

# Anexo 1- Matriz e Pontuação do Modelo Qualitativo do BGM

<b>Critérios e Sub-Critérios</b>	<b>Indicador</b>	<b>Escala da Pontuação</b>	<b>Pontuação do Consenso</b>	<b>Fontes</b>
<b>Critério 1</b>	<b>Eficácia</b>			
<b>Sub-Critério: 1.1</b>	<b>Visão e Planos</b>			
1	Há um plano de desenvolvimento estratégico para o município?	0=sem plano, 50=plano parcial, 100=plano detalhado	100	Entrevistas
2	Até que ponto o município implementa o seu plano estratégico?	0=não implementa, 25=baixa implementação, 75=em grande parte, 100=implementação total	75	Entrevistas
3	As OSCs e as comunidades são envolvidas no desenvolvimento do plano estratégico do município?	0=sem envolvimento, 50=algum envolvimento, 100=envolvimento total	50	Grupos focais
4	O plano estratégico do município é acessível aos cidadãos e às OSCs?	0=não acessível, 25=fraca acessibilidade, 50=alguma acessibilidade, 75=elevada acessibilidade, 100=acessibilidade total	25	Entrevistas e Grupos focais
5	Há no município planos anuais para os vários sectores, como saúde, educação, agricultura, transportes, água e saneamento, etc.?	0=sem planos, 50=planos parciais, 100=planos detalhados	100	Entrevistas
<b>Sub-Critério: 1.2</b>	<b>Gestão Financeira</b>			
6	O município usa formulários financeiros padronizados?	0=não, 100=sim	100	Entrevistas
7	O município usa eficaz e eficientemente formulários financeiros padronizados?	0=não, 25=pouco, 50=com alguma eficácia, 75=bastante eficácia, 100=eficácia e eficiência total	75	Entrevistas
8	O município elabora um orçamento anual para acorrer às suas	0=não, 100=sim	100	Entrevistas

	necessidades de desenvolvimento?			
9	O município tem capacidade para gerir as suas finanças com eficiência?	0=sem capacidade, 25=baixa capacidade, 50=alguma capacidade, 75=bastante capacidade, 100=capacidade total	75	Entrevistas
10	A liderança local do município administra de forma eficiente e eficaz as finanças e a cobrança das receitas locais?	0=não, 25=pouca, 50=alguma, 75=bastante, 100=eficiência e eficácia total	75	Entrevistas
11	O município tem um sistema de controlos institucionais (“checks and balances”) nos seus procedimentos financeiros?	0=não, 25=poucos controlos institucionais, 50=alguns controlos institucionais, 75=bastantes controlos institucionais, 100=controlos institucionais muito fortes	75	Entrevistas
<b>Sub-Critério: 1.3</b>	<b>Decisão e Informação</b>			
12	Até que ponto as autoridades do município tomam decisões usando informação fiável e actualizada?	0=nunca, 25=raramente, 50=algumas vezes, 75=a maioria das vezes, 100=sempre	75	Entrevistas
13	No município há um sistema de relatórios?	0=não, 50=parcialmente abrangente, 100=totalmente abrangente	100	Entrevistas
14	Existem mecanismos através dos quais o município partilha informação com os seus cidadãos?	0=não, 50=alguns mecanismos, 75=muitos mecanismos, 100=uma grande quantidade de mecanismos	50	Entrevistas e Grupos focais
<b>Sub-Critério: 1.4</b>	<b>Liderança</b>			
15	As autoridades do município mobilizam os seus cidadãos para o processo de desenvolvimento?	0=não, 25=pouca mobilização, 50=alguma mobilização, 75=bastante mobilização, 100=mobilização total	25	Entrevistas e Grupos focais
16	Há cooperação entre as comunidades, OSCs e o governo municipal nos esforços de desenvolvimento?	0=não, 25=pouca cooperação, 50=alguma cooperação, 75=bastante cooperação, 100=cooperação total	25	Entrevistas e Grupos focais
17	O município envolve os jovens e mulheres na tomada de decisões?	0=não, 25=pouco envolvimento, 50=algum envolvimento,	25	Entrevistas e Grupos focais

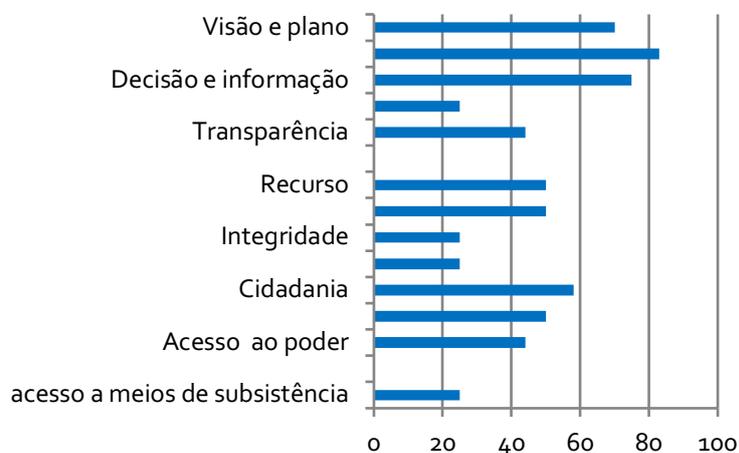
		75=bastante envolvimento		
<b>Critério 2</b>	<b>Responsabilização</b>			
<b>Sub-Critério: 2.1</b>	<b>Transparência</b>			
18	No município, os funcionários são recrutados por meio de um processo aberto e transparente?	0=nunca, 25=muito poucas vezes, 50=às vezes, 75=a maioria das vezes, 100=sempre	50	Entrevistas e Grupos focais
19	A informação do município sobre projectos, actividades ou prestação de serviços locais (e.g. construções, escolas, furos, etc.) está disponível e acessível?	0=não, 25=raramente, 50=às vezes, 75=bastantes vezes, 100=sempre	50	Entrevistas e Grupos focais
20	Os relatórios de projectos locais, documentos de planeamento e outros recursos usados para futuro planeamento, são partilhados com os cidadãos?	0=nunca, 25=raramente, 50=às vezes, 75=bastantes vezes, 100=sempre	25	Entrevistas e Grupos focais
21	Há transparência no município no que respeita à receita/cobrança de impostos?	0=não há transparência, 25=pouca transparência, 50=alguma transparência, 75=bastante transparência, 100=transparência total	50	Entrevistas e Grupos focais
<b>Sub-Critério: 2.2</b>	<b>Sistemas de Controlos Institucionais (“checks and balances”)</b>			
22	Há fóruns abertos para as OSCs se envolverem com as autoridades municipais no processo de orçamento e planeamento?	0=não, 25=fóruns muito limitados, 50=sim, mas de difícil acesso, 75=sim e a maioria é acessível, 100=totalmente acessível	0	Entrevistas
23	As autoridades do município auditam regularmente as suas contas com outras partes interessadas (e.g. OSCs, grupos de jovens, etc.)?	0=sem auditoria, 25=há auditoria mas sem o envolvimento das partes interessadas, 50=há auditoria com algum envolvimento das partes interessadas, 75=há auditoria com bastante envolvimento das partes interessadas, 100=há auditoria com participação total	0	Entrevistas
<b>Sub-Critério: 2.3</b>	<b>Recurso</b>			

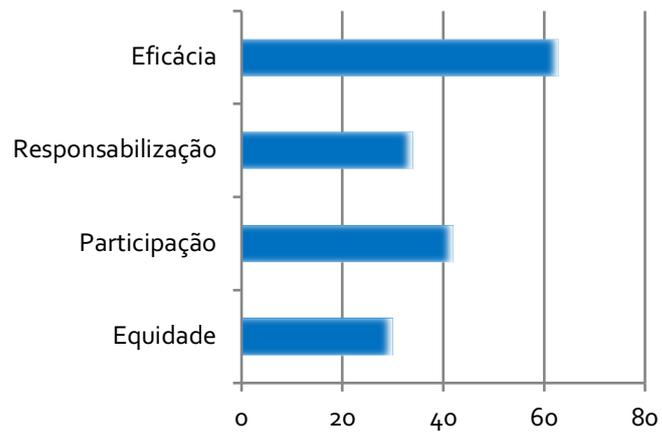
24	O sector privado, a sociedade civil e os cidadãos têm meios para apresentar queixas às autoridades municipais?	0=sem acesso, 25=pouco acesso, 50=acessível, 75=muito acessível, 100=totalmente acessível	50	Entrevistas e Grupos focais
<b>Sub-Critério: 2.4</b>	<b>Capacidade de Resposta do município</b>			
25	O governo municipal reage às petições (i.e. cartas e chamadas telefónicas) da comunidade relativamente a projectos, assuntos de desenvolvimento e outras actividades na respectiva localidade?	0=sem capacidade de resposta, 25=pouca capacidade de resposta, 50=alguma capacidade de resposta, 75=bastante capacidade de resposta, 100=total capacidade de resposta	50	Entrevistas e Grupos focais
<b>Sub-Critério: 2.5</b>	<b>Integridade</b>			
26	Existe no município um plano de acção para combater a corrupção?	0=sem plano de acção, 50=plano de acção desenvolvido mas não implementado, 100=plano de acção desenvolvido e implementado	0	Entrevistas
27	Em que medida a liderança e os funcionários do município são influenciados pela filiação política e/ou étnica?	0=em muito grande medida, 25=em grande medida, 50=em alguma medida, 75=relativamente não influenciados, 100=não são influenciados	50	Grupos focais
<b>Critério 3</b>	<b>Participação e Engajamento Cívico</b>			
<b>Sub-Critério: 3.1</b>	<b>Envolvimento dos Cidadãos</b>			
28	No município há projectos comunitários locais implementados com a participação de actores/cidadãos locais?	0=nenhum, 25=poucos, 50=alguns, 75=bastantes, 100=todos	0	Entrevistas e Grupos focais
29	Os cidadãos podem exercer a sua liberdade de expressão e de se reunirem para falar sobre as eleições locais ou assuntos da governação municipal?	0=sem capacidade, 25=pouca capacidade, 50=alguma capacidade, 75=bastante capacidade, 100=capacidade total	25	Grupos focais
30	No município os cidadãos estão envolvidos na resolução de conflitos (e.g. disputas de terra, etc.)?	0=sem envolvimento, 25=pouco envolvimento, 50=algum envolvimento, 75=bastante envolvimento, 100=envolvimento elevado	75	Entrevistas e Grupos focais

31	Os cidadãos estão envolvidos na monitoria e avaliação do desempenho dos serviços públicos?	0=não, 25=um pouco, 50=algum envolvimento, 75=bastante, 100=envolvimento total	0	Entrevistas e Grupos focais
<b>Sub-Critério: 3.2</b>	<b>Cidadania</b>			
32	Os cidadãos podem formar as suas próprias associações e conduzir as actividades?	0=não, 25=pouco poder, 50=algum poder, 75=bastante poder, 100=poder total	50	Grupos focais
33	Os cidadãos têm consciência dos seus direitos e responsabilidades civis enquanto membros da comunidade?	0=sem consciência, 25=pouca consciência, 50=alguma consciência, 75=bastante consciência, 100=consciência total	50	Grupos focais
34	Os cidadãos estão envolvidos na gestão de infra-estruturas públicas (e.g. centros de distribuição de água, sanitários públicos)?	0=não, 25=pouco envolvimento, 50=algum envolvimento, 75=bastante envolvimento, 100=envolvimento total	25	Entrevistas e Grupos focais
35	O governo municipal respeita/tolera os pontos de vista e contribuições dos cidadãos nos órgãos de comunicação social públicos?	0=não respeita/tolera, 50=tem algum respeito/tolerância, 100=respeito/tolerância total	50	Entrevistas e Grupos focais
36	Os negócios/investimentos privados no município contribuem para melhorar o bem-estar do distrito?	0=não, 50=alguma contribuição, 100=bastante contribuição	100	Entrevistas e Grupos focais
37	Os cidadãos participam nos processos de eleições municipais?	0=não, 25=pouca participação, 50=alguma participação, 75=bastante participação, 100=participação total	75	CNE/STAE
<b>Critério 4</b>	<b>Equidade</b>			
<b>Sub-Critério: 4.1</b>	<b>Acesso aos Serviços Básicos</b>			
38	Todos os cidadãos têm igual acesso aos serviços municipais (e.g. educação, água, saúde, etc.)?	0=não, 25=poucos cidadãos, 50=alguns cidadãos, 75=a maioria dos cidadãos, 100=todos os cidadãos	50	Grupos focais
<b>Sub-Critério: 4.2</b>	<b>Acesso ao Poder</b>			
39	Há no município iguais oportunidades de poder (e.g. acesso a assento na assembleia, postos de chefia e	0=não, 25=poucas oportunidades, 50=algumas oportunidades, 75=bastantes	75	Entrevistas e Grupos focais

	administração pública)?	oportunidades, 100=total oportunidade		
40	Há mulheres empregadas no município?	0=não, 50=algumas mulheres, 100=um número equilibrado de mulheres e homens	50	Entrevistas
41	As mulheres ocupam cargos de responsabilidade?	0=não, 50=algumas mulheres, 100=um número equilibrado de mulheres e homens	50	Entrevistas
42	Há grupos vulneráveis representados no município (e.g. deficientes físicos, pobres, comunidades marginalizadas, idosos)?	0=não, 25=pouca representação, 50=alguma representação, 75=bastante representação, 100=representação igual	0	Entrevistas
<b>Sub-Critério: 4.3</b>	<b>Acesso a Recursos</b>			
43	No município todos os grupos interessados das comunidades estão representados na consulta e alocação de recursos?	0=não, 50=representação parcial, 100=sim	0	Entrevistas e Grupos focais
<b>Sub-Critério: 4.4</b>	<b>Acesso a Meios de Subsistência</b>			
44	As mulheres e os grupos vulneráveis têm acesso igual à posse de terra?	0=não, 25=pouco acesso igual, 50=algum acesso igual, 75=a maioria tem acesso igual, 100=total acesso igual	25	Grupos focais

Resumo gráfico dos indicadores dos sub-critérios e critérios de pontuação:





## Anexo 2 – Guião para as entrevistas

5. Há um plano de desenvolvimento estratégico para o município?
6. Até que ponto o município implementa o seu plano estratégico?
7. O plano estratégico do município é acessível aos cidadãos e às OSCs?
8. Há no município planos anuais para os vários sectores, como saúde, educação, agricultura, transportes, água e saneamento, etc.?
9. O município usa formulários financeiros padronizados?
10. O município usa eficaz e eficientemente formulários financeiros padronizados?
11. O município elabora um orçamento anual para acorrer às suas necessidades de desenvolvimento?
12. O município tem capacidade para gerir as suas finanças com eficiência?
13. A liderança local do município administra de forma eficiente e eficaz as finanças e a cobrança das receitas locais?
14. O município tem um sistema de controlos institucionais (“checks and balances”) nos seus procedimentos financeiros?
15. Até que ponto as autoridades do município tomam decisões usando informação fiável e actualizada?
16. No município há um sistema de relatórios?
17. Existem mecanismos através dos quais o município partilha informação com os seus cidadãos?
18. As autoridades do município mobilizam os seus cidadãos para o processo de desenvolvimento?
19. Há cooperação entre as comunidades, OSCs e o governo municipal nos esforços de desenvolvimento?
20. O município envolve os jovens e mulheres na tomada de decisões?
21. No município, os funcionários são recrutados por meio de um processo aberto e transparente?
22. A informação do município sobre projectos, actividades ou prestação de serviços locais (e.g. construções, escolas, furos, etc.) está disponível e acessível?
23. Os relatórios de projectos locais, documentos de planeamento e outros recursos usados para futuro planeamento, são partilhados com os cidadãos?
24. Há transparência no município no que respeita à receita/cobrança de impostos?

25. Há fóruns abertos para as OSCs se envolverem com as autoridades municipais no processo de orçamento e planeamento?
26. As autoridades do município auditam regularmente as suas contas com outras partes interessadas (e.g. OSCs, grupos de jovens, etc.)?
27. O sector privado, a sociedade civil e os cidadãos têm meios para apresentar queixas às autoridades municipais?
28. O governo municipal reage às petições (i.g. cartas e chamadas telefónicas) da comunidade relativamente a projectos, assuntos de desenvolvimento e outras actividades na respectiva localidade?
29. Existe no município um plano de acção para combater a corrupção?
30. No município há projectos comunitários locais implementados com a participação de actores/cidadãos locais?
31. No município os cidadãos estão envolvidos na resolução de conflitos (e.g. disputas de terra, etc.)?
32. Os cidadãos estão envolvidos na monitoria e avaliação do desempenho dos serviços públicos?
33. Os cidadãos estão envolvidos na gestão de infra-estruturas públicas (e.g. centros de distribuição de água, sanitários públicos)?
34. O governo municipal respeita/tolera os pontos de vista e contribuições dos cidadãos nos órgãos de comunicação social públicos?
35. Os negócios/investimentos privados no município contribuem para melhorar o bem-estar do distrito?
36. Há no município iguais oportunidades de poder (e.g. acesso a assento na assembleia, postos de chefia e administração pública)?
37. Há mulheres empregadas no município?
38. As mulheres ocupam cargos de responsabilidade no município?
39. Há grupos vulneráveis representados no município (e.g. deficientes físicos, pobres, comunidades marginalizadas, idosos)?
40. No município todos os grupos interessados das comunidades estão representados na consulta e alocação de recursos?

## Anexo 3 – Guião para os grupos focais

1. As OSCs e as comunidades são envolvidas no desenvolvimento do plano estratégico do município?
2. O plano estratégico do município é acessível aos cidadãos e às OSCs?
3. Existem mecanismos através dos quais o município partilha informação com os seus cidadãos?
4. As autoridades do município mobilizam os seus cidadãos para o processo de desenvolvimento?
5. Há cooperação entre as comunidades, OSCs e o governo municipal nos esforços de desenvolvimento?
6. O município envolve os jovens e mulheres na tomada de decisões?
7. No município, os funcionários são recrutados por meio de um processo aberto e transparente?
8. A informação do município sobre projectos, actividades ou prestação de serviços locais (e.g. construções, escolas, furos, etc.) está disponível e acessível?
9. Os relatórios de projectos locais, documentos de planeamento e outros recursos usados para futuro planeamento, são partilhados com os cidadãos?
10. Há transparência no município no que respeita à receita/cobrança de impostos?
11. O sector privado, a sociedade civil e os cidadãos têm meios para apresentar queixas às autoridades municipais?
12. O governo municipal reage às petições (i.e. cartas e chamadas telefónicas) da comunidade relativamente a projectos, assuntos de desenvolvimento e outras actividades na respectiva localidade?
13. Em que medida a liderança e os funcionários do município são influenciados pela filiação política e/ou étnica?
14. No município há projectos comunitários locais implementados com a participação de actores/cidadãos locais?
15. Os cidadãos podem exercer a sua liberdade de expressão e de se reunirem para falar sobre as eleições locais ou assuntos da governação municipal?
16. No município os cidadãos estão envolvidos na resolução de conflitos (e.g. disputas de terra, etc.)?
17. Os cidadãos estão envolvidos na monitoria e avaliação do desempenho dos serviços públicos?
18. Os cidadãos podem formar as suas próprias associações e conduzir as actividades?
19. Os cidadãos têm consciência dos seus direitos e responsabilidades civis enquanto membros da comunidade?
20. Os cidadãos estão envolvidos na gestão de infra-estruturas públicas (e.g. centros de distribuição de água, sanitários públicos)?

21. O governo municipal respeita/tolera os pontos de vista e contribuições dos cidadãos nos órgãos de comunicação social públicos?
22. Os negócios/investimentos privados no município contribuem para melhorar o bem-estar do distrito?
23. Todos os cidadãos têm igual acesso aos serviços municipais (e.g. educação, água, saúde, etc.)?
24. Há no município iguais oportunidades de poder (e.g. acesso a assento na assembleia, postos de chefia e administração pública)?
25. No município todos os grupos interessados das comunidades estão representados na consulta e alocação de recursos?
26. As mulheres e os grupos vulneráveis têm acesso igual à posse de terra?
27. Os cidadãos participam nos processos de eleições municipais?

## Anexo 4 – Lista de entrevistados

### GOVERNO MUNICIPAL

<b>Nome</b>	<b>Sexo</b>	<b>Função</b>	<b>Instituição</b>	<b>Data</b>
Estélio Alfredo Ferrão	Homem	vereador de saneamento	Município da Maxixe	05.02.2020
Teodoro José	Homem	vereador da Urbanização	Município da Maxixe	05.02.2020
João Francisco Uache	Homem	vereador das finanças	Município da Maxixe	07.02.2020
Maria da Graça Maera	Mulher	Vereadora de mercados e Feiras	Município da Maxixe	05.02.2020

### GRUPOS FOCAIS

<b>Composição</b>	<b>Local</b>	<b>Data</b>
Homens e Mulheres	Bairro Magola	04.02.2020
Associação dos Transportadores Rodoviários de Inhambane	Maxixe	06.02.2020
líderes comunitários	Maxixe	06.02.2020
Líderes comunitários	Maxixe	04.02.2020
Comerciantes	Mercado central	07.02.2020
Homens e Mulheres	Bairro 1º de Maio	06.02.2020